

DECLARAÇÃO EM DEFESA DA CIÊNCIA, DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E DO MULTILATERALISMO

A Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) manifestam-se novamente diante das recentes decisões do governo dos Estados Unidos da América que resultam na retirada ou no enfraquecimento de sua participação em instituições, acordos e instâncias multilaterais fundamentais para a ciência, o meio ambiente, a saúde e a educação. Já o fizemos no ano passado, por ocasião da saída dos Estados Unidos da UNESCO, entre outras medidas, por compreender que tais decisões afetam diretamente o sistema científico internacional e a capacidade global de enfrentar desafios comuns.

Entre essas decisões estão a retirada dos Estados Unidos de dezenas de organizações internacionais, a saída da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) e o afastamento de painéis científicos internacionais, como o Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC), além da interrupção de sua participação na UNESCO. Esses movimentos não devem ser compreendidos como episódios isolados ou meramente conjunturais, mas como parte de um processo mais amplo de fragilização das estruturas multilaterais que sustentam a cooperação científica internacional, comprometendo mecanismos coletivos de produção, validação e uso do conhecimento científico em escala global.

Ao longo das últimas décadas, os Estados Unidos desempenharam papel relevante na construção e no fortalecimento do sistema científico internacional, contribuindo para o avanço do conhecimento, para o financiamento da pesquisa e para a consolidação de redes globais de colaboração. O distanciamento de fóruns multilaterais e de instâncias de governança científica, entretanto, produz impactos científicos concretos: fragiliza a continuidade de séries históricas de dados, compromete processos de avaliação científica internacional, reduz o intercâmbio aberto de informações e introduz incertezas em agendas de pesquisa de longo prazo, comprometendo a capacidade coletiva de resposta a crises de escala global.

Essas decisões ocorrem em um contexto marcado por crises de elevada complexidade, como a aceleração das mudanças climáticas, a erosão da biodiversidade, as emergências sanitárias e o aprofundamento das desigualdades sociais e tecnológicas. Vivemos um século marcado pela consolidação de sociedades e economias intensivas em conhecimento, no qual ciência, educação e inovação são elementos centrais para o desenvolvimento sustentável, a soberania das nações e a redução das desigualdades.

A ciência é, por natureza, um empreendimento cooperativo. Painéis científicos internacionais e plataformas intergovernamentais que articulam ciência e políticas públicas — como o IPCC e o IPBES — têm sido essenciais para informar decisões, orientar políticas e alertar governos e sociedades sobre riscos e caminhos possíveis. O enfraquecimento dessas instâncias não apenas empobrece o debate público, mas compromete a qualidade e a legitimidade das decisões em temas que afetam diretamente a vida das populações e o futuro do planeta.

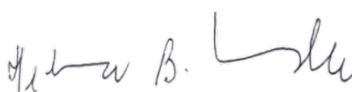
A retirada de grandes atores do sistema multilateral aprofunda assimetrias já existentes e afeta de forma especialmente severa os países do Sul Global, que dependem da cooperação internacional para fortalecer suas capacidades científicas, tecnológicas e institucionais. A fragmentação da ciência por decisões unilaterais tende a ampliar desigualdades, limitar o acesso ao conhecimento e enfraquecer a ciência como bem público global, essencial à promoção de oportunidades mais equitativas entre nações.

A ABC e a SBPC reafirmam que a ciência deve ser orientada pelo interesse público, pela responsabilidade social e pelo compromisso com as futuras gerações. A cooperação científica internacional não é circunstancial nem acessória: ela é parte constitutiva das respostas necessárias aos grandes desafios do nosso tempo.

Reafirmamos, portanto, a defesa do fortalecimento das instituições multilaterais e do respeito à ciência como base para a formulação de políticas públicas, bem como da preservação de canais permanentes de diálogo e cooperação científica entre países. A ciência global depende de confiança mútua, circulação aberta de conhecimento, colaboração entre pares e compromisso coletivo com instituições capazes de articular evidências científicas em escala planetária, independentemente de conjunturas políticas nacionais.

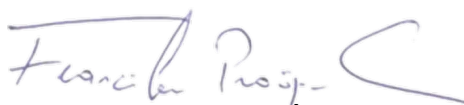
A comunidade científica brasileira reconhece seu papel nesse esforço coletivo e permanecerá comprometida com a ciência como bem público global, atuando de forma solidária e responsável no fortalecimento da cooperação internacional. Os desafios que enfrentamos — climáticos, ambientais, sanitários e sociais — são globais e exigem respostas igualmente globais, ancoradas no conhecimento científico, no multilateralismo e na responsabilidade compartilhada entre as nações.

09 de janeiro de 2026.



HELENA BONCIANI NADER

Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC)



FRANCILENE PROCÓPIO GARCIA

Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)